

## As complexibilidades do Direito Eleitoral. Um entendimento ou desentendimento geral?

### Autor(es)

Cintia Batista Pereira  
Jessye Moreira Evangelista  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos  
Luciana Calado Pena

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O presente trabalho vem de uma maneira simples, clara e objetiva demonstrar e repassar um pouco do conhecimento aos presentes repassado no Simpósio Eleitoral da Faculdade Anhanguera – Campus Ribeirão das Neves, que aconteceu no 2º semestre de 2024.

De maneira clara, nos foi repassado a maneira em que o processo eleitoral acontece, bem como quais são as principais responsabilidades dos candidatos e todos os envolvidos nas eleições.

Foi trago a baila as questões de Fake News e a importância da informação, o que gerou algumas críticas sobre a rigidez das leis eleitorais, bem como da sua complexidade que faz com que os cidadãos mais simples não tenham uma facilidade no entendimento, trazendo uma insegurança e a ausência nas votações.

Espero criar junto a vocês um debate interno de como melhorar o sistema, fazendo eleições justas e diretas.

### Objetivo

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a importância do Direito Eleitoral Brasileiro e que diferentemente das notícias falsas espalhadas, é o sistema mais seguro, de lei complexa e que visa cada vez mais trabalhar de uma maneira justa e eficaz.

### Material e Métodos

O Direito Eleitoral é essencial devido à sua complexidade e constante mudança, regulando a organização, administração e execução das eleições, além das normas dos partidos políticos. Abrange aspectos como elegibilidade, campanhas e apuração dos resultados. No Brasil, o TSE e os TREs garantem eleições justas e transparentes. A presença de advogados e contadores é crucial para evitar irregularidades e deliberações, como multas ou perdas de contas. As regras de financiamento estabelecem limites de gastos e excluem a identificação de doadores. Os desafios modernos incluem fake news e deepfakes, que afetam candidatos e candidatas. A

Resolução 23.732/24 busca combater a desinformação e o uso das mídias sociais e da inteligência artificial, que ainda carece de controle eficaz. A integridade do processo eleitoral depende da participação consciente dos cidadãos e da adaptação das leis às novas tecnologias.

## Resultados e Discussão

O Direito Eleitoral é essencial para garantir a organização e legalidade das eleições, assegurando um processo justo e transparente. No Brasil, a Justiça Eleitoral, composta pelo TSE e pelos TREs, administra as eleições, estabelecendo diretrizes e fiscalizando sua execução. Para evitar irregularidades, advogados e contadores desempenham papéis fundamentais, garantindo a conformidade legal e prevenindo penalidades, como multas e rejeição de contas.

A regulamentação de gastos eleitorais e doações busca equilibrar a competição, limitando despesas e exigindo a identificação dos doadores por CPF. Os desafios como fake news e deepfakes ameaçam a integridade do processo. O uso descontrolado de inteligência artificial dificulta a identificação de informações falsas, prejudicando candidatos e eleitores. A Resolução 23.732/24 surge como uma medida para regular mídias sociais e combater a desinformação, destacando a necessidade de uma atuação crítica dos cidadãos para preservar a democracia.

## Conclusão

O Direito Eleitoral é essencial para organizar e regulamentar eleições justas e transparentes, garantindo a integridade das campanhas. A Justiça Eleitoral e profissionais, como advogados e contadores, asseguram a legalidade do processo. O controle dos gastos promove competição justa, mas desafios como fake news e deepfakes exigem novas regulamentações. A atualização das leis e a educação política são fundamentais para proteger a democracia e manter a confiança da sociedade.

## Referências

Simpósio Eleitoral da Faculdade Anhanguera - Campus de Ribeirão das Neves

Palestrantes: Contadora Norma Gonçalves

Dr Raimundo Neto

Dr Matheus Braga

Dr Silverio da Silveira Campos

Dr Gianno Nepomuceno

Dr Jorge Washington Cansado de Moraes

<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nº-0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>

<https://www.youtube.com/watch?v=SvYG-fQ5hzg>

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/611199/Codigo\\_eleitoral.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/611199/Codigo_eleitoral.pdf)

<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/06/17155247/ARTIGO-16-Resumo-de-Direito-Eleitoral.pdf>